

## A Congregação da Missão e a fundação do Seminário da Prainha: reflexões sobre a Reforma Ultramontana no Ceará <sup>1</sup>

Pryscylla Cordeiro Santirocchi<sup>2</sup>

### Resumo:

Este trabalho propõe um estudo sobre os padres lazaristas franceses no Ceará, durante a segunda metade do século XIX, enfocando o momento de fundação do Seminário da Prainha (1864), importante instituição de reforma do clero cearense. Esses padres, pertencentes à Congregação da Missão, fundada por São Vicente de Paulo (1581-1660), tiveram uma participação decisiva para a Reforma Ultramontana no Brasil. Sua tarefa era dirigir os seminários diocesanos, reformando o clero nos âmbitos morais e doutrinários, segundo os desígnios tridentinos reafirmados no Concílio Vaticano I (1869-1870). Sua chegada ao Ceará, em 1864, a pedido do bispo Dom Luís Antônio dos Santos (1817-1891), foi providencial no sentido de reordenar o clero cearense a partir do ensino religioso no Seminário Episcopal do Ceará.

### Palavras-chave:

Lazaristas.  
Ultramontanismo.  
Ceará.

- 1 Este trabalho faz parte da pesquisa que desenvolvo na graduação em História, acerca da Congregação da Missão e sua atuação no Ceará na segunda metade do século XIX. Serão apresentados aqui alguns resultados obtidos até o final do ano de 2014 e que deram origem à monografia *Enviados do Senhor: os lazaristas franceses e a Reforma Ultramontana no Ceará (1864-1875)* Monografia (Graduação em História), Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, 2016 .
- 2 Mestranda em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). (Labihm).

## Introdução

O momento político-religioso que a sociedade do século XIX vivenciou foi marcado por fortes tensões entre o Estado e a Igreja. Na Europa, desde a Revolução Francesa, desencadeou-se uma série de eventos políticos, como a secularização da sociedade e o surgimento de novas doutrinas políticas e religiosas.<sup>3</sup> Dessa maneira, a Igreja Católica sentiu-se ameaçada, pois o poder que exercia na sociedade ocidental estava sendo abalado. Para reagir a tais eventos, procurou definir de forma mais rígida sua doutrina e disciplina. Esse processo de reação e reforma eclesiástica ficou conhecido como “ultramontanismo”<sup>4</sup> e atingiu seu ápice no Concílio do Vaticano I (1868-1870).<sup>5</sup>

As divergências com o poder secular levaram a Igreja a uma maior centralização na figura do papa. O ápice desse processo ocorreu na época de Pio IX (1792-1878), que ganhou fama, entre os liberais, “de ter sido o mais reacionário e ultramontano dos papas até então”.<sup>6</sup> O sumo pontífice passou a ter, portanto, “uma maior concentração do poder eclesiástico nas mãos”, principalmente depois da publicação do dogma da infalibilidade papal,<sup>7</sup> que, dessa forma, tornava-se “a fonte dos

3 Essas doutrinas começaram a surgir a partir do século XVI. No século XIX, o que mais assustou foi a filosofia, assim como as teorias políticas e racionalistas contrárias aos princípios católicos, como o comunismo, positivismo, liberalismo, casamento civil, liberdade de imprensa, maçonaria etc. Ver: Ítalo Domingos Santirocchi, “Uma questão de revisão de conceitos: Romanização-Ultramontanismo-Reforma”, *Revista Temporalidades*. 2 (N.º 2, 2010) <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista/index.php?prog=-mostraartigo.php&idcodigo=174>, acesso em: 10 jan. 2015.

4 “A palavra ultramontanismo deriva do latim, *ultra montes*, que significa ‘para além dos montes’, isto é, dos Alpes. A verdadeira origem do termo se encontra na linguagem eclesiástica medieval, que denominava de ultramontano todos os papas não italianos que eram eleitos. A palavra foi novamente empregada depois da reforma protestante, entre os governos e os povos do norte europeu, onde se desenvolveu uma tendência a considerar o papado como uma potência estrangeira, de modo especial quando o papa interferia nas questões temporais. O termo ultramontanismo também foi utilizado na França para identificar os defensores da autoridade pontifícia em contraposição às ‘liberdades da igreja galicana’. O termo era utilizado de forma difamatória, pois também sugeria a falta de apego à própria nação. No século XVII, o ultramontanismo foi associado àqueles que defendiam a superioridade dos papas sobre os reis e os Concílios, mesmo em questões temporais. Nesse período, a Companhia de Jesus foi fortemente identificada com o ultramontanismo. Na Alemanha, no século XVIII, o conceito se ampliou e passou a ser usado para identificar os defensores da Igreja em qualquer conflito entre os poderes temporais e espirituais (Igreja - Estado). O ultramontanismo, no século XIX, caracterizou-se por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiásticas, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. [...] O fortalecimento da autoridade pontifícia, consolidado com a definição da infalibilidade papal nos pronunciamentos *ex-cathedra* durante o Vaticano I (1869-1870), foi um dos momentos culminantes da vitória ultramontana no âmbito eclesiástico, mas não nas suas relações com os Estados do século XIX. O processo de separação entre os dois poderes, o indiferentismo estatal, o anticlericalismo, o regalismo exacerbado tolhendo a liberdade da instituição eclesiástica e a autoridade de sua hierarquia, teve como contrapartida a busca de um ‘centro’ que tivesse melhores condições e interesses em proteger os membros da comunidade clerical” (Ítalo Domingos Santirocchi, *Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Império (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Università Gregoriana, Roma, 2010, p.195).

5 Sobre o Concílio Vaticano I, ver: Giacomo Martina, *História da Igreja de Lutero aos nossos dias - III - A era do liberalismo*. 2ª Ed, São Paulo, Edições Loyola, 2005.

6 José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem - Teatro das Sombras*, 3ª Ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 195.

7 David Gueiros Vieira, *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*, 2ª Ed, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1980, p. 33.

ensinamentos da Igreja e como a autoridade da qual emanam, de modo indiscutível, todas as decisões”.<sup>8</sup>

O objetivo da Santa Sé era a universalização do catolicismo, em detrimento das tendências católicas nacionais, por exemplo, a luso-brasileira, controlada pelo padroado e o regalismo.<sup>9</sup> No entanto, esse não foi um movimento unilateral, mas sim reforçado pelos próprios países nos quais ocorreu. O Brasil teve uma grande influência desse catolicismo ultramontano, especialmente na segunda metade do século XIX, em que vieram para o Império várias ordens missionárias, para auxiliar os bispos nesse processo de reforma ultramontana, que teve nos Seminários Episcopais um dos seus principais pontos de apoio. Para os ultramontanos, as normas da reforma seriam mais eficazes se ensinadas aos clérigos desde sua formação nessas instituições.

Os lazaristas franceses, pertencentes à Congregação da Missão,<sup>10</sup> foram uma das ordens que mais se destacaram nesse processo, pois atuaram nos seminários brasileiros, formando um clero instruído e moralizado. Os seminários que estavam sob sua administração tornaram-se grandes centros reformadores para onde convergiram vários jovens que desejavam seguir a carreira eclesiástica. A província do Ceará foi um dos polos reformistas em que essa congregação se instalou, em 1864, e procurou promover uma mudança nos costumes clericais.

Este trabalho, como parte de uma pesquisa mais ampla, pretende investigar a atuação dos padres lazaristas no Ceará, em sua chegada, no ano de 1864, a fim de entender como esses missionários procuraram desenvolver o ultramontanismo no Ceará, a partir das atividades educacionais realizadas no Seminário da Prainha.

Dessa maneira, questionamos como as diretrizes ultramontanas foram inicialmente utilizadas no Ceará, no sentido de reformar a cultura clerical, a partir da fundação daquele seminário. Discutiremos, de início, o conceito de Reforma Ultramontana, a fim de perceber como a reforma religiosa foi iniciada, considerando os elementos singulares presentes nesse espaço e confrontando uma historiografia que homogeneiza a análise desses processos.

8 Santirocchi, *Os ultramontanos no Brasil*, 196.

9 Ver: Santirocchi, *Os ultramontanos no Brasil*, 2010.

10 A Congregação da Missão, de origem francesa, foi fundada em 1625 por Vicente de Paulo com o objetivo da prática caritativa e evangélica para com os desvalidos, vislumbrando a salvação de suas almas. A Congregação atuou também nos seminários eclesiásticos, formando um clero instruído e moralizado, guiado pelos desígnios do Concílio de Trento (1545-1563). Ficaram conhecidos como lazaristas após a mudança de sua sede em 1632 para o edifício do priorado de São Lázaro, nos arredores de Paris. Foram enviados para várias partes do mundo, como missionários prontos a trabalharem nos seminários, atuando no ensino religioso e moral. Ver: Geraldo Frencken, *Em missão: os padres da Congregação da Missão (Lazaristas) no Nordeste e no Norte do Brasil*, 1ª Ed, Fortaleza, Edições UFC, 2010, p.19-30.

## Romanização e Reforma Ultramontana: o lugar dos conceitos<sup>11</sup>

A palavra “ultramontanismo” que deriva do latim “para além dos montes”, passou por diversas mudanças em sua significação ao longo do tempo e chegou, ao século XIX, como uma tradução do momento que a Igreja vivenciava, no qual necessitou projetar-se para fora das fronteiras do Vaticano, reafirmando os desígnios formulados no Concílio de Trento (1645-1663). Segundo Santirocchi, tal conceito significou:

[...] o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outros mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica Quanta Cura e do “Silabo de Erros”, anexo à mesma, publicados em 1864.<sup>12</sup>

Esse conflito levou os pesquisadores do catolicismo ligados ao conceito de romanização da Igreja brasileira a defenderem a existência de um conflito entre as práticas do catolicismo “popular” e do catolicismo “romano” que buscava uma “europeização” das práticas religiosas luso-brasileiras a partir do século XIX. Observa-se, nessa perspectiva, uma construção maniqueísta que propõe um constante embate entre as “classes populares” e as “classes letradas”.

O termo “romanização” foi criado no século XIX pelo teólogo alemão Joseph Ignatz von Döllinger (1799-1890),<sup>13</sup> como crítica às ações reformadoras empreendidas pela Santa Sé, principalmente contra a definição do dogma da infalibilidade papal no Concílio Vaticano I. Em sua obra, propôs a fundação de uma Igreja nacional desvinculada de Roma, pois, para ele, “o ideal dos ultramontanos era a ‘romanização’ de cada uma das igrejas”, ou seja, uma uniformização eclesiástica liderada pelo Vaticano. O seu livro *O papa e o concílio*, escrito em 1869, que expressou severa oposição ao ultramontanismo e ao dogma da infalibilidade papal, chegou ao Brasil durante a Questão Religiosa (1872-1875) pela tradução do advogado Rui Barbosa (1849-1923).<sup>14</sup>

11 Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, ver: Ítalo Domingos Santirocchi, “Uma questão de revisão de conceitos”, 2010.

12 Santirocchi, “Uma questão de revisão de conceitos”, p. 24.

13 Sacerdote católico nascido na Baviera e membro da Real Academia Bávara de Ciências (1835). Tornou-se um dos mais renomados pesquisadores sobre questões relacionadas à teologia e história alemã. Teceu inúmeras críticas ao ultramontanismo entre os anos de 1850 a 1870 a partir de artigos e o livro *Der Papst und das Konzil* (o papa e o concílio). Ver: Janus, *O papa e o Concílio*, 3ª Ed, Rio de Janeiro, Almenara Editora, s/d, Tradução: Rui Barbosa.

14 Ítalo Domingos Santirocchi, “Uma questão de revisão de conceitos”, p. 27; Maurício de Aquino, “O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação”. *Revista Horizonte*. Belo Horizonte. v.11, (n. 32, 2013), p. 5.

Durante décadas, o termo “romanização” ficou esquecido, até que, em 1951, o termo ressurgiu com o artigo “Religion and the Church in Brazil”, do antropólogo Roger Bastide, e, na década de 1970, com o livro *Milagre em Joazeiro*, do historiador Ralph Della Cava. Esses trabalhos possibilitaram a popularização do conceito que foi desenvolvido no Brasil de forma aprofundada, por um grupo formado por teólogos, conhecido como Comissão de Estudos da Igreja na América Latina (Cehila).

Os integrantes da Cehila, influenciados pelo materialismo histórico, propuseram um novo olhar sobre a história da Igreja brasileira. Esse grupo, formado por Eduardo Hoonart, Riolando Azzi, Oscar Beozzo, Hugo Fragoso e Padre Ribeiro de Oliveira, entre outros, buscou “analisar a religião, as práticas religiosas dos fiéis e da própria Igreja, enfatizando muito mais as relações entre Igreja e Estado, a partir de sua relação com as camadas populares”.<sup>15</sup>

Esses pesquisadores defenderam a existência de uma “luta” entre o catolicismo “tradicional” trazido pelos portugueses na época da colonização e o catolicismo “romanizado”, que tentou disciplinar a religiosidade das massas. Para Riolando Azzi, a romanização era um processo de “substituição do tradicional modelo eclesial de Cristandade [...] pelo modelo tridentino da Igreja hierárquica”.<sup>16</sup> A partir das produções desse grupo, os termos “ultramontanismo” e “romanização” passaram a ser utilizados como sinônimos para designar a reforma católica no Brasil do século XIX, “sem preocupações com a historicidade de tais conceitos”.<sup>17</sup>

Em seu livro *O Milagre em Joazeiro*, Ralph Della Cava, tendo analisado as cartas do padre Clicério da Costa Lobo, afirmou que o padre Pierre Auguste Chevalier, lazarista francês, “fora o maior responsável pelas desavenças surgidas entre seus colegas eclesiásticos quanto à validade dos milagres daquela região”.<sup>18</sup> Percebemos aqui a tendência do autor a dar respaldo a essa relação conflituosa entre o clero brasileiro e o europeu, transformando o último em vilão e culpado “pelo prejulgamento negativo, por parte de Dom Joaquim” acerca do milagre da hóstia.<sup>19</sup>

Contrapondo-se a essa visão, Dutra Neto defende, em relação à atuação dos padres redentoristas em Minas Gerais nesse mesmo período, que:

Muito embora os missionários estivessem em consonância com o espírito da época, o espírito de uma Igreja sacudida pelos apelos do Vaticano 1º e impregnada pelos ditames da reforma tridentina, os ocasionais conflitos [...] podem ser melhor vistos como um [...]

15 Daniela Gonçalves Gomes, “A CEHILA-BR e o debate historiográfico sobre ultramontanismo e romanização no Brasil”, in: Virgínia Albuquerque Castro Buarque. (org.) *História da historiografia religiosa*. 1ed. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012, p. 200.

16 Riolando Azzi, “As Romarias de Juazeiro: catolicismo luso-brasileiro versus catolicismo romanizado”, in: Anais do 1º Simpósio Internacional sobre o Padre Cícero e os romeiros do Juazeiro do Norte. (111: 1988, Fortaleza).

17 Gomes, “A CEHILA-BR e o debate historiográfico”, p. 198.

18 Ralph Della Cava, *Milagre em Joazeiro*, São Paulo, Paz e Terra, 1976, p.69.

19 *Idem*; Para maiores esclarecimentos sobre o milagre da hóstia, vide: Edianne dos Santos Nobre, *O teatro de Deus - As beatas do Padre Cícero e o espaço sagrado de Juazeiro*. 1. Ed. Fortaleza, IMEPH, 2011.

choque cultural do que como um plano urdido a partir de Roma para ‘sufocar o catolicismo popular’.<sup>20</sup>

As pesquisas que vêm sendo desenvolvidas recentemente na área<sup>21</sup> repensaram a forma com que esses conceitos são empregados. As críticas dos estudiosos se voltam à ideia de “romanização”, que, para eles, restringe e generaliza as análises sobre a atuação dos clérigos alinhados com ultramontanismo no Brasil. Segundo Riolando Azzi, no século XIX, o movimento reformista tencionou a Igreja brasileira “a apresentar-se cada vez mais como uma instituição tipicamente romana”. Nessa visão, no Brasil, a Igreja perdeu sua “nacionalidade” e passou a ser “romana”, a partir de missionários estrangeiros que se espalharam pelo país e desenvolveram uniformemente o plano de ações romanizadoras em cada diocese.

Com pesquisas realizadas no Arquivo Secreto do Vaticano (ASV), Ítalo Santirocchi nos indica que não

existiam ‘ordens’ pré-estabelecidas vindas de Roma ou ‘agentes da romanização’ enviados pela Santa Sé, mas uma constante troca de informação e discussão entre os bispos, Governo e Santa Sé [...], sobre cada um dos aspectos religiosos do Brasil, [...] com o intuito de tomar decisões que fossem de acordo com as exigências e especificidades locais de cada diocese brasileira e também do Brasil como um todo.<sup>22</sup>

Nesse sentido, o autor demonstra que a reforma ultramontana no Brasil não se deu da mesma forma em todas as províncias, que existia certa autonomia por parte dos bispos, já que a partir de experiências concretas nas dioceses, formulavam as melhores estratégias para realizar uma reforma nos costumes religiosos locais. E mais, por iniciativa própria a hierarquia católica brasileira começou a empreender seu processo de reforma ultramontana que buscava aumentar sua autonomia em relação ao Estado, passando a buscar o apoio da Santa Sé, que somente depois procurou se integrar nesse processo, com tensões e divergências.

A necessidade de relativizar algumas propostas do conceito de romanização também é demonstrada em outro estudo que Santirocchi publicou em 2013, sobre o Jubileu do Bom Jesus em Congonhas, no qual afirma não ter encontrado essa oposição do catolicismo “romanizado” para com o catolicismo “popular” e nem mesmo uma tentativa por parte da hierarquia eclesiástica mineira em abafar as práticas dos devotos, já que até os dias atuais as manifestações ditas supersticiosas ou populares permanecem. Assim, pretendemos, com essa reflexão acerca dos conceitos,

20 Luciano Dutra Neto, *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006, p. 42.

21 Ver: Dilermando Vieira (2007), Maurício de Aquino (2013), Luciano Dutra Neto (2006) e Ítalo Santirocchi (2010).

22 Santirocchi, “Uma questão de revisão de conceitos”, p. 32.

demonstrar que, para além do seu uso, existe uma construção de cada um deles que se refere ao momento em que foi criado.<sup>23</sup>

## Os lazaristas: primeiros ultramontanos no Brasil

O processo de reforma no Brasil ocorreu paulatinamente por toda a segunda metade do século XIX. Até meados de 1840, o clero nacional era detentor de uma maior tendência liberal e revolucionária. Isso se deu, principalmente, pela “influência das ideias racionalistas e liberais” [...] importadas da Europa, principalmente da França e de Portugal.<sup>24</sup> Após a expulsão dos jesuítas do Brasil pelo Marques de Pombal (1699-1782), em 1759, tais ideias conseguiram penetrar, devido à precariedade da disciplina eclesiástica e a administração dos Seminários pelos jansenistas.<sup>25</sup>

O Seminário de Olinda (1800), por exemplo, fundado sob os preceitos pombalinos da Universidade de Coimbra, foi um dos maiores centros formadores de um clero influenciado por ideias regalistas e iluministas. Os clérigos formados nessa instituição tiveram uma participação bastante ativa na política, no processo de independência, nas revoltas do início do século XIX e do Período Regencial. Por esse motivo, passaram a ser vistos como uma ameaça à estabilidade do governo imperial do Segundo Reinado.<sup>26</sup>

Conhecendo a realidade da Igreja brasileira, os ultramontanos projetaram várias medidas para reformar o clero, aumentar a autonomia da sua hierarquia em relação ao Estado e sua autoridade em relação aos clérigos e aos leigos. A instituição de seminários diocesanos administrados por ordens religiosas era um passo fundamental nesse processo. O objetivo da Igreja nacional e da Santa Sé era desenvolver um processo de reforma “no sentido de restaurar a disciplina do Clero, sanar males, reformar abusos, dar todo o decoro e lustre ao culto de Deus, e deste modo [...] reflorescer a fé, a piedade e os bons costumes entre os fieis confiados ao [...] zelo pastoral” [...].<sup>27</sup>

Os padres lazaristas da Congregação da Missão “foram os grandes cooperadores desta ação reformadora [...]”.<sup>28</sup> O envio de missionários vicentinos para o Brasil é discutido entre os religiosos desde meados de 1640, no entanto, apenas em 1820,

23 Ver: Ítalo Domingos Santirocchi, “O beijo e a festa: o jubileu do Bom Jesus em Congonhas”, in: Mauro Passos e Mara Regina do Nascimento (org.) *A invenção das devoções: crenças e formas de expressão religiosa*, Belo Horizonte, Editora O Lutador, 2013, p.167-204.

24 Riolando Azzi, “Igreja e Estado no Brasil um enfoque histórico”, in: Revista Perspectiva teológica, (Ano XIII, n. 29-31), p. 9, 1981.

25 Ver: Amarildo José de Melo, *Jansenismo no Brasil: traços de uma moral rigorista*, Aparecida, Editora Santuário, 2014.

26 Dilermando Ramos Vieira. *O processo de Reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*, Aparecida, Editora Santuário, 2007, p. 34-37.

27 Itália, Nunziatura Apostólica - Arquivo Secreto Vaticano (IT ASV), Busta 67, Fasc. 323, Doc. 4, *Alguns pontos da reforma da Igreja do Brasil*, Roma. Compilado e traduzido por Edianne Nobre (Acervo Particular).

28 Hugo Fragoso, “A Igreja na formação do estado liberal (1840-1875)”, in: João Fagundes Hauck, *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época*. 4 ed. Petrópolis- RJ, Vozes, 2008, p.196.

é que a Congregação se estabeleceu efetivamente no reino. Os primeiros lazaristas chegaram ao Brasil com a vinda da família real em 1808, fugindo das tropas napoleônicas, mas só em 1820 com a vinda os missionários portugueses Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875)<sup>29</sup> e seu mestre Leandro Rebello Peixoto e Castro (1781-1841)<sup>30</sup>, essa Congregação ganhará destaque e será criada a primeira sede dos lazaristas no Brasil. Esses padres fundaram o Seminário do Caraça em Minas, consolidando sua importância para o ultramontanismo no Brasil.

Com a direção de Dom Ferreira Viçoso, nomeado bispo de Mariana em 1843 pelo imperador Dom Pedro II, o Seminário do Caraça foi um irradiador das ideias ultramontanas, servindo de modelo para a construção e regimento de outros seminários brasileiros. O clero formado no Seminário do Caraça tinha contato com as ideias ultramontanas, que eram aprendidas na própria instituição ou, em alguns casos, em viagens feitas a Roma a fim de aprofundar os estudos teológicos.

Um dos mais destacados alunos do Caraça foi o primeiro bispo do Ceará, Luís Antônio dos Santos (1817-1891),<sup>31</sup> nomeado para aquela a diocese em 1860. Sabendo da eficiente formação realizada pela ordem lazarista, ao fundar o Seminário Episcopal do Ceará (1864), mais conhecido como Seminário da Prainha, solicitou o envio desses missionários à província, cuja missão seria dirigir o Seminário, a fim de reformar o clero “escasso e decaído”.

Demonstrando grande preocupação na reforma do episcopado cearense, o bispo assevera que “não basta que o clero ensine; é ainda preciso que ele seja o exemplo das doutrinas que prega” [...].<sup>32</sup> O clero cearense era “como em todo o Império, esquecido de suas obrigações” religiosas.<sup>33</sup> Casos de concubinos entre padres e leigos, envolvimento do clero com questões seculares, má administração das paróquias e prelados por falta de instrução, por exemplo, eram muito comuns entre eles.

No Relatório de Presidente de Província de 1864, o bispo Dom Luís elucida que: “A necessidade mais urgente de nossa diocese, é a fundação de um seminário

29 Antônio Ferreira Viçoso nasceu em Peniche, Portugal, em 1787, teve formação Lazarista na Europa e veio para o Brasil como missionário. Fundou a primeira ordem lazarista brasileira, o Seminário do Caraça e foi bispo de Mariana. Foi um dos primeiros e principais precursores do ultramontanismo no Brasil e o seu Seminário serviu como modelo para vários outros que foram criados para a reforma clerical. Ver: Eugênio Pasquier, *Os primórdios da Congregação da Missão no Brasil e a Companhia das Filhas de Caridade Vol. 1 (1819-1849)*, 1ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Vozes, s/d, p. 29.

30 Leandro Rebello Peixoto e Castro nasceu no Minho, Portugal, em 1781. Se formou como padre da Congregação da Missão, foi professor de Ferreira Viçoso, com quem veio para terras brasileiras. Junto com seu discípulo, fundou a primeira ordem lazarista brasileira e o Seminário do Caraça, em que foi reitor por duas vezes entre os anos 1820 e 1837. Ao ser transferido para a corte em 1837, tornou-se vice-reitor do Colégio Pedro II e passou o resto de sua vida trabalhando em prol da instrução da juventude. Ver: Eugênio Pasquier, *Os primórdios da Congregação da Missão*, p. 50-86.

31 Dom Luís dos Santos nasceu em Angra dos Reis-RJ, estudou no Seminário da Santíssima Trindade de Jacuecanga, e se tornou discípulo do padre Viçoso. Depois foi admitido no Seminário do Caraça e deu continuidade aos seus estudos teológicos, no entanto, por razões de saúde foi forçado a se afastar do Seminário. Ao ficar curado concluiu seu curso não mais como Lazarista, mas como clérigo diocesano. Doutorou-se em teologia em Roma, voltou ao Caraça como diretor e depois foi sagrado bispo do Ceará (1859). Realizou várias mudanças na vida religiosa e política cearense, a partir dos preceitos ultramontanos.

32 IT ASV, Busta 67, Fasc. 323, doc. 4, *Alguns pontos da reforma da Igreja do Brasil*. Ressaltamos que todos os documentos utilizados no texto tiveram sua grafia atualizada.

33 IT ASV, Busta 32, Fasc. 142, doc. 3, *Carta de D. Luís Antônio dos Santos ao Internúncio*, Ceará, 28 de fevereiro 1862. Compilado e traduzido por Edianne Nobre (Arquivo Particular).

onde a mocidade que se destina às graves funções do sacerdócio, receba a educação e instrução conveniente” [...].<sup>34</sup> É importante destacar que, até 1864, a maioria dos clérigos cearenses havia se ordenado no Seminário de Olinda, que era ainda dirigido pelo “velho sistema”.<sup>35</sup> Para Dom Luís Antônio dos Santos, essa era a prova dos “maus resultados” do clero, portanto, ao assumir a diocese, tratou de enviar os futuros sacerdotes ao Seminário da Bahia, que havia sido reformado no arcebispado de Dom Romualdo Seixas (1787-1860)<sup>36</sup> e era administrado pelos lazaristas.<sup>37</sup>

Em 1875, Fortaleza passou por um remodelamento urbano baseado nas reformas feitas em Paris,<sup>38</sup> promovendo uma disciplinarização do espaço urbano, que atendia à noção de progresso e civilização almejada pelas elites. Assim como as ruas e a criação de edifícios que se tornaram símbolos de distinção social, os hábitos da sociedade cearense também foram alvos de uma tentativa de modernização, na busca por uma aproximação com a modernidade europeia.

Nesse contexto, foram criados, além do Seminário da Prainha, o Seminário do Crato e o Colégio da Imaculada Conceição, para meninas.<sup>39</sup> Tais estabelecimentos foram dirigidos por membros da Congregação da Missão e pelas Irmãs de Caridade, com o fim de educar a juventude no modelo de virtude pretendida pela Igreja da época.

O Seminário Episcopal do Ceará foi inaugurado antes da chegada da Congregação da Missão, no mês de outubro de 1864. O prédio utilizado para a instalação do Seminário foi o que seria destinado ao Colégio de Órfãs, que acabou sendo sediado em outro espaço. Dom Luís passou a residir no Seminário e teve ajuda de dois colaboradores, os padres Clicério da Costa Lobo e Fulgêncio.<sup>40</sup>

34 Relatório de Presidente de Província - Ceará, 1864, p. 15, <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/191/000013.html>, acesso em 10 jan. 2015.

35 Alguns cearenses também optavam por ir à Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro.

36 Foi o primeiro padre brasileiro a ser nomeado Arcebispo da Bahia em 1826. Evolveu-se na política, fez parte da Câmara dos Deputados, representando o partido conservador e fazendo oposição às ideias do padre Feijó. Promoveu uma reforma religiosa no Arcebispado da Bahia, começando pela educação clerical e leiga. Criou o Seminário para formar um clero “ilustrado, devoto, piedoso” e para isso entregou a administração da instituição aos padres da Congregação da Missão (Santirocchi, *Os ultramontanos no Brasil*, p.220-223).

37 Após a morte de Dom Romualdo Seixas, os lazaristas foram retirados do Seminário baiano, por pressão de políticos e padres da Bahia. O clero secular reassumiu a direção da instituição em 1862, e a Congregação da Missão só retornou à Bahia no ano de 1881, durante o Arcebispado de Dom Luís Antônio dos Santos (João Evangelista de Souza, *Província brasileira da Congregação da Missão*, Belo Horizonte, Ed. Santa Clara, 1999, p.52-53).

38 Durante o século XIX, Paris, capital da França, passou por um período de reforma e higienização urbana, planejada pelo imperador Napoleão III (1808-1873) e pelo Barão Haussmann (1809-1891). Essa reformulação urbana consistiu na substituição de ruas estreitas e desordenadas, por amplas avenidas que ligavam toda a cidade, os *boulevards*. Proporcionou também uma vigilância policial mais eficiente e dificultou a formação de guerrilhas urbanas (Sebastião Rogério Ponte, *Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860-1930)*. 2ed. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1999, p. 25).

39 O Seminário do Crato foi fundado em 8 de março de 1875 pelo bispo Dom Luís Antônio dos Santos, foi um Seminário Menor, conhecido como Seminário São José e atendeu aos jovens da região sul do Ceará, o Cariri. Foi administrado pelos Padres Lazaristas e seu primeiro reitor foi o padre Lorenzo Enrile. O Colégio da Imaculada Conceição foi criado em pelo prelado cearense em 1865, e administrado pelas Irmãs de Caridade, de carisma vicentino, atuou na formação intelectual e moral de órfãs e jovens meninas de famílias cearenses, que pretendiam ser boas esposas e mães (Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará, 1914, p.45-48).

40 Luis Moreira da Costa Filho, *A inserção do Seminário Episcopal de Fortaleza na romanização do Ceará (1864-1912)*, Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004, p. 65.

Os primeiros lazaristas chegaram ao Ceará em 18 de novembro de 1864, eram o francês Pierre Auguste Chevalier (1831-1901) e o italiano Lorenzo Vincenzo Enrile (1833-1876), ambos formados na Casa Mãe dos Lazaristas em Paris. No entanto, já estavam no Brasil desde os anos de 1857 e 1858, lecionando no Seminário da Bahia. Após dois anos de negociações entre o bispo cearense, o padre Visitador Benit e o padre Etienne, Superior Geral da Congregação da Missão em Paris, foram convocados para ir ao Ceará.

O padre Pierre Auguste Chevalier nasceu em Saint-Riquier, na França e se tornou lazarista na Casa Mãe dos Lazaristas em Paris. Veio ao Brasil como missionário para instruir os jovens no Seminário da Bahia com seu colega padre Lorenzo Enrile. Segundo suas cartas ao Superior, não parece ter gostado muito do Seminário baiano, por conta do contato dos alunos com ideias liberais e a competição interna entre os professores. Foi convocado para dirigir o Seminário Episcopal do Ceará em 1864, o que muito o alegrou e relatou ao seu superior que ali era o lugar propício para atuação dos filhos de São Vicente.<sup>42</sup>

Seu reitorado durou 26 anos, procedeu-se com a rigidez e disciplina necessárias aos Seminários que pretendiam formar um clero ultramontano. Sua atuação não se restringiu ao Seminário, confessava e dirigia também as Irmãs de Caridade, tinha contato com os católicos leigos a partir das missas, visitas ao asilo de alienados etc. Sua saída da direção do Seminário em 1891 se deu por uma querela entre ele e alguns alunos, que ficou conhecida como “Revolta dos Seminaristas”, evento ainda pouco debatido na historiografia. Mesmo afastado, continuou morando no Seminário até sua morte em 1901. Esse padre, como representante máximo dos lazaristas no Ceará desse período, influenciou amplamente na cultura religiosa e intelectualidade cearense. O Barão de Studart, médico e fundador do Instituto do Ceará, por exemplo, seguia os preceitos da ordem lazarista com a Conferência Vicentina, irmandade leiga da qual foi um dos fundadores.

O padre Lorenzo Enrile, por sua vez, nasceu em Savona, Itália, em 1833. Estudou na Casa Mãe dos Lazaristas, em Paris, tornou-se um congregado e veio para o Brasil em 1858 para lecionar no Seminário da Bahia. Foi transferido para o recém-criado Seminário Episcopal do Ceará em 1864. Esse padre foi o primeiro reitor do Seminário São José no Crato (1875), construído também pela diocese cearense. Sua não adaptação ao clima da região levou ao seu afastamento, vindo a falecer em 1876.

Em carta datada de novembro de 1864, o padre Chevalier relata ao seu superior em Paris:

Narrar-vos, Rev. Sr. e honradíssimo pai, a alegria, que nossa chegada causou ao Sr. Bispo, não seria cousa fácil; havia tanto tempo que ele nos esperava! Esta alegria foi com tudo mitigada por sermos se não dois sobretudo porque as irmãs de caridade não puderam vir

41 A expressão latina “Ecce ego, mitte me” foi extraída do Álbum do Seminário da Prainha, 1914 (preâmbulo) e significa: Eis-me aqui, envia-me.

42 Carta do padre Chevalier ao padre Étienne, superior geral dos Lazaristas. Anais da Congregação da Missão - 24 de novembro de 1864, in: Álbum do Seminário da Prainha, 1914, p. 23-24.

ainda para começar a casa de educação, que lhes está destinada. Nós procurámos tranquilizar a Sr. Exc. e assegurar-lhe que em breve veria seus desejos realizados.<sup>43</sup>

Eram aguardados, pelo bispo até 1864, quatro padres, mais as Irmãs de Caridade, todavia, apenas um ano depois é que eles chegaram para completar o quadro de professores do Seminário. Segundo o reitor padre Chevalier, em uma carta ao seu superior em Paris:

O Seminário do Ceará acaba de ser entregue á Companhia em circunstancias, talvez mais favoráveis do que em todas as outras dioceses; em uma diocese nova, em que tais estabelecimentos são desconhecidos, em um país em que as boas famílias têm a honra de ter um padre d'entre seus membros.<sup>44</sup>

As primeiras ações do reitor padre Chevalier, juntamente com o bispo Dom Luís, para adequar o Seminário às normas tridentinas, foi redigir o plano de estudos para a formação seminarística, baseado no *Diretório dos seminários*.<sup>45</sup> Como nos aponta Edilberto Reis,

Desde a grade curricular, passando pelos horários até a forma dos exames, tudo obedecia a mesma lógica ultramontana que regia os maiores seminários europeus. Inclusive compêndios de teologia e de filosofia eram escolhidos dentre as obras de cunho reconhecidamente ortodoxo. Os velhos manuais de inspiração jansenista e regalista foram relegados ao esquecimento, e antigos catecismos de orientação iluminista foram substituídos pelo catecismo tridentino.<sup>46</sup>

O prédio do Seminário foi dividido em dois âmbitos: o Seminário Menor, para o curso preparatório, e o Seminário Maior, para o curso teológico. O curso preparatório perfazia seis anos de estudo, nele “se estudavam as *primeiras letras* e as primeiras noções de matemática, latim, francês, história, geografia, retórica e filosofia” etc.<sup>47</sup> O curso teológico duraria quatro anos, tendo esta divisão: “um ano para Direito Canônico e História Eclesiástica e três anos para a Moral e o Dogma”.<sup>48</sup>

43 Carta do padre Chevalier ao padre Jean Baptiste Étienne, superior geral dos Lazaristas. Anais da Congregação da Missão - 24 de novembro de 1864, in: Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará, 1914, p. 23.

44 Carta do padre Chevalier ao padre Jean Baptiste Étienne, superior geral dos Lazaristas. Anais da Congregação da Missão - 24 de novembro de 1864, in: Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará, 1914, p. 24.

45 O *Diretório dos Seminários* é um compêndio usado pelos padres lazaristas no Brasil e na Europa, que contém regras e dicas de como os Seminários deveriam proceder para a formação clerical.

46 Edilberto Cavalcante Reis, *Pro Animarum Salute: a diocese do Ceará como “vitruve” da romanização no Brasil (1853-1912)*, Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

47 Reis, *Pro Animarum Salute*, p. 99.

48 Álbum Histórico do Seminário, 1914, p. 39.

Para ser admitido nos Seminários guiados pelos desígnios ultramontanos, era necessário saber ler e escrever, ser filho de uma união matrimonial legítima, além disso, foi instruído, desde o Concílio Tridentino, que fosse dada preferência aos jovens pobres. No caso do Seminário da Prainha, as duas primeiras regras foram seguidas, com relação à última, as vagas para pensionistas eram poucas. A justificativa para isso é que essas instituições seminarísticas acabaram por privilegiar aqueles que podiam pagar, a fim de ajudar a mantê-las funcionando, assim, os meninos das camadas populares foram minoria nos Seminários brasileiros.<sup>49</sup>

Um caso sobre a rejeição de filhos ilegítimos no Seminário da Prainha foi o do jornalista José Marrocos Telles, fruto de um envolvimento entre o padre João Marrocos Telles e uma escrava.<sup>50</sup> Apesar de José Marrocos haver sido admitido no Seminário da Prainha, o *Livro do conselho do Seminário da Prainha* (1865) nos revela que, durante o período de sua ordenação no Seminário Menor, o reitor “não desejou ordená-lo por ser [filho] ilegítimo e por causa de uma pequena mudança que tinha aparecido nele”.<sup>51</sup>

Os principais pontos da formação moral e intelectual de um novo clero pelos lazaristas foram: os retiros espirituais, festas religiosas, uso da batina, instrução/conhecimento, incentivo aos sacramentos, celibato, vida santa, abandono das funções civis e políticas e a obediência hierárquica.

Os retiros espirituais faziam parte dos exercícios espirituais dos seminaristas,<sup>52</sup> aconteciam no Seminário reunindo padres de toda a província e duravam cerca de três dias. Os alunos recebiam instruções sobre as “grandes verdades”, a importância dos sacramentos, voto de celibato, obediência etc. A partir dos retiros pretendia-se “implantar nas almas [...] dos Seminaristas o amor à disciplina e à carreira eclesástica”, todos deveriam confessar-se e comungar.<sup>53</sup>

O jornal *O Cearense* mostra que, para os padres já em atuação na província cearense, o retiro significava a “necessidade de retemporação das forças [...] na árdua e augusta missão de cujo desempenho impele o bem-estar moral e civil da sociedade”.<sup>54</sup> Dessa forma, os clérigos eram sempre lembrados que deveriam ser exemplos de moral para assim guiar seus fieis pelo “bom caminho”.

As festas religiosas, por sua vez, foram utilizadas pela Igreja Católica nessa época para inaugurar e reforçar novas devoções. Em momentos precedentes à Reforma Ultramontana, essas festas eram administradas pelas Irmandades,<sup>55</sup> mas passaram a ser regulamentadas pela Igreja, que procurou

49 Maurílio J. de Oliveira Camello, *Dom Antonio Ferreira Viçoso e a reforma do clero em Minas Gerais no século XIX*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986, p.168-169.

50 Costa Filho, *A inserção do Seminário Episcopal*, p. 90.

51 *Livro do Conselho do Seminário da Prainha*, 1865, p. 6. Cópia cedida pelo Centro de Psicologia da Religião - Juazeiro do Norte. (Tradução nossa).

52 Os exercícios espirituais que os seminaristas e padres deveriam praticar são: “A meditação, a leitura espiritual, o exame de consciência, o Terço, a visita ao SS. Sacramento; tais são os exercícios quotidianos de um Padre de bom espírito” (Sínodo Diocesano Cearense, 1888).

53 Álbum Histórico do Seminário, 1914, p. 27-28.

54 Jornal *O Cearense* de 8 de fevereiro de 1882.

55 Eram associações de caráter privado que ajudavam a manter as devoções e eram autônomas à Igreja Católica. Além disso, promoviam festas para os santos e lucravam com isso.

[...] retomar a visão de uma igreja clerical, onde o padre é o indivíduo autorizado para ajudar o fiel a manter contato com o sagrado e com os santos, ministrar os sacramentos e a absolvição dos pecados. [...] sentimento clerical iniciado sob os auspícios do primeiro bispo e dos especialistas lazaristas da Congregação de São Vicente de Paulo.<sup>56</sup>

Noticiadas no jornal *O Cearense*,<sup>57</sup> as festas religiosas introduziram na diocese o culto à Imaculada Conceição, Sagrado Coração de Jesus, comemoravam o aniversário de São Vicente de Paulo, pai dos lazaristas. Segundo o Sínodo Diocesano de 1888, os clérigos deveriam

[...] abster-se de toda a pompa, luxo e ornato dos vestidos, para que sendo no estado clérigos, não pareçam no habito seculares; muito convindo e convenientes às suas ordens, dignidade e estado; distinguindo-se em tudo dos que não são do seu estado.<sup>58</sup>

Percebemos, nesse trecho, que um dos pontos discutidos durante o Sínodo de 1888 voltou-se para a forma com que os clérigos deveriam trajar-se. Pretendia-se com tal instrução que o clero se afastasse por completo das questões seculares, que estavam sendo combatidas pela Igreja e se caracterizavam pelo exercício de cargos públicos, padres que se envolviam em política, que eram fazendeiros, comerciantes, vivendo inclusive em concubinato e com filhos. A batina passou a ser obrigatória, inclusive para os seminaristas, essa era uma das estratégias da Igreja para que o clero reformado tivesse consciência de sua posição religiosa, ao mesmo tempo em que incitava o celibato, evitando, assim, contato com a vida “mundana”.

Os lazaristas decidiram no Conselho do Seminário da Prainha, de 21 de julho de 1865, que, do segundo ano do curso preparatório, os alunos deveriam usar batina com alamares, capa grande e chapéu. Ademais, ao sair para ir à Igreja deveriam estar usando o hábito clerical.

Segundo as Regras de Disciplina redigidas pelo padre Chevalier, os seminaristas deveriam “mostrar-se sempre respeitosos e obedientes com seus Superiores”.<sup>59</sup> Para que se tornassem bons padres, era necessário que os seminaristas obedecessem à hierarquia eclesiástica. Nesse sentido, desde cedo instituíam aos alunos regras rígidas de conduta, sempre fazendo com que exercitassem a subordinação e o respeito para com os que lhes regiam.

Os alunos deveriam ir regularmente às missas, procurar desenvolver sua piedade pessoal, confessando-se “devotamente durante o retiro espiritual e depois uma vez a cada mês e frequentarão a Sagrada Comunhão, segundo os conselhos dos seus confessores”.<sup>60</sup> Houve um maior estímulo aos sacramentos, pois acreditavam que

56 Costa Filho, *A inserção do Seminário Episcopal* p.131.

57 Jornal *O Cearense* de 29 de junho de 1889 e 16 de julho de 1869.

58 Sínodo Diocesano Cearense de 1888, p. 143

59 Álbum Histórico do Seminário, 1914, p. 54.

60 Idem, p. 55.

com eles os seminaristas obteriam mais “modéstia e o respeito”. A confissão, particularmente, representava um:

[...] controle da vida do seminarista, [...] um instrumento eficaz, somente, é claro, quando o confessor é sincero no que diz. É neste momento que os padres-lentes que acompanham a formação do candidato pode sentir se realmente existe um coração vocacionado ao sacerdócio ou não, quais possam ser as barreiras para isso se concretizar e quais serão os exercícios espirituais que servirão para se vencer as crises e tentações.<sup>61</sup>

A partir das confissões dos seminaristas, os lazaristas podiam analisar quais alunos estavam realmente aptos a serem ordenados e os que precisavam modificar hábitos e posturas. Podemos notar isso em uma reunião do *Livro do conselho do Seminário da Prainha*, de 21 de outubro de 1864, em que os professores consideraram que deveriam “lembrar mais aos seminaristas a obrigação da confissão semanal para uns, mensais para outros”.

A instrução intelectual era outro aspecto importante na formação de padres ultramontanos, não apenas o saber religioso, mas também o científico como visto anteriormente, com as matérias repassadas no Seminário. Segundo o *Álbum do Seminário*, “a inteligência movida, abala a vontade, que corre como pressurosa a abraçar tanta grandeza e se compraz no belo, com maior ímpeto do que nos prazeres terrenos. Aí está por que o estudo sério é uma garantia para o padre e uma salvaguarda de sua moral”.<sup>62</sup> Tinha-se a intenção de que os seminaristas se ocupassem nos estudos e abandonassem pensamentos e vivências fora do padrão santo.

Nossa pesquisa está em andamento, por isso não expressaremos aqui conclusões definitivas, mas sim hipóteses, que futuramente poderão ser revistas. Percebemos a partir da análise da documentação apresentada no texto, que as ações dos lazaristas nos âmbitos religioso e educacional, buscavam promover uma transformação na cultura clerical cearense. Conjeturamos que isso se deveu ao processo de Reforma Ultramontana, mas que só foi possível por conta da cultura religiosa pertencente à Congregação da Missão.

Dessa maneira, fizeram parte dessa reforma clerical iniciada no Ceará: os retiros espirituais, incentivo aos sacramentos, ao estudo e ao respeito à hierarquia. Ademais, desde a admissão no Seminário até a sua ordenação como presbítero, o estudante passava por testes e análises que o permitiria, ou não, prosseguir no Seminário. Nas reuniões do Conselho, eram discutidos principalmente sobre os alunos e seu comportamento. Assim, tentavam sanar a situação, caso não conseguissem, o aluno poderia ser expulso ou transferido para outra instituição.

O Seminário da Prainha não recebeu apenas estudantes cearenses, mas também jovens vindos de províncias próximas, como Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte etc. Durante os 11 primeiros anos de funcionamento, foram ordenados mais de 100 padres reformados, que possivelmente auxiliaram no desenvolvimento do ultramontanismo para com o laicato.

61 Costa Filho, *A inserção do Seminário Episcopal*, p. 78.

62 *Álbum Histórico do Seminário*, 1914, p. 32.